

RCD no HABEAS CORPUS Nº 532.301 - SP (2019/0269449-5)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
REQUERENTE : FELIPE VAZ DA SILVA
ADVOGADO : RAQUEL FARIA DE ANDRADE CALEIRO PALMA - SP236938
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão que indeferiu liminarmente o *mandamus* por se tratar de reiteração de pedido.

Sustenta o requerente que neste remédio constitucional pleiteou apenas que se evite o seu encarceramento, inexistindo, assim, identidade com o que foi requerido no HC n. 492.690/SP.

Requer a reconsideração do provimento judicial impugnado, a fim de que o pleito liminar seja acatado.

É o relatório.

Não há como se reconsiderar a decisão objurgada.

Isso porque embora a impetrante tenha postulado a "**concessão LIMINAR da ordem para revogar o decreto de prisão vigente em desfavor do paciente FELIPE VAZ DA SILVA bem como seja cancelado o correspondente mandado de prisão**" (e-STJ fl. 9), a fundamentação que dá suporte a tal requerimento é justamente a alegada atipicidade material da conduta que lhe foi imputada (e-STJ fls. 4/8).

E, consoante consignado no provimento judicial atacado, o pedido de aplicação do princípio da insignificância ao caso dos autos já foi devidamente examinado por este Sodalício no HC n. 492.690/SP, não tendo a defesa trazido qualquer fato capaz de dar ensejo à nova análise por este Tribunal do pleito deduzidos no mencionado *writ*, verificando-se, portanto, a inadmissibilidade deste *mandamus*.

Nesse vértice:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. CORRUPÇÃO ATIVA E PASSIVA. LAVAGEM DE DINHEIRO, OCULTAÇÃO PATRIMONIAL E SONEGAÇÃO FISCAL. OPERAÇÃO XEQUE MATE. INEXISTÊNCIA DE NOVOS ARGUMENTOS APTOS A DESCONSTITUIR A DECISÃO IMPUGNADA. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 34, XVIII, "A" DO RISTJ. INSUBSISTÊNCIA DOS ARGUMENTOS JUSTIFICADORES. REITERAÇÃO DE PEDIDO JÁ APRECIADO PELA QUINTA TURMA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - É assente nesta Corte Superior de Justiça que o agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a decisão vergastada pelos próprios fundamentos.

II - Cumpre consignar que o art. 932, III, do Código de Processo Civil, aplicável in casu por força do art. 3º do Código de Processo Penal, estabelece como incumbência do Relator "não conhecer do recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida." III - O RISTJ, no art. 34, XVIII, dispõe que: Art. 34. São atribuições do relator: [...] XVIII- Distribuídos os autos: a) não conhecer do recurso ou pedido inadmissível, prejudicado ou daquele que não tiver impugnado especificadamente todos os fundamentos da decisão recorrida; b) negar provimento ao recurso ou pedido que for contrário a tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral, a entendimento firmado em incidente de assunção de competência, a súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, ou, ainda, a jurisprudência dominante acerca do tema" (grifei).

IV - Impossibilidade de conhecimento do recurso ordinário em habeas corpus, quanto às alegações lançadas no RHC n. 113.845/PB impugnado por se tratar de mera reiteração de pedido já apreciado no julgamento, pela Quinta Turma, do HC n. 509.842/PB, em 18/06/2019.

Naquela oportunidade, embora o writ não tenha sido conhecido por se tratar de substitutivo de recurso próprio, as teses foram examinadas, uma vez que, caso houvesse flagrante ilegalidade, seria possível a concessão da ordem de ofício, conforme jurisprudência pacífica desta Corte Superior.

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no RHC 113.845/PB, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 15/10/2019, DJe 22/10/2019)

No mesmo diapasão:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. AUSÊNCIA DE OFENSA. DECISÃO PROFERIDA COM OBSERVÂNCIA DO RISTJ E DO CPC. PRISÃO PREVENTIVA. MATÉRIA PREVIAMENTE SUBMETIDA AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA POR MEIO DE HABEAS CORPUS. MERA REITERAÇÃO NO ÂMBITO DO RECURSO ORDINÁRIO. LITISPENDÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO. TEMA NÃO SUSCITADO NO RHC. INOVAÇÃO RECURSAL. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A prolação de decisão monocrática pelo Ministro Relator está autorizada não apenas pelo RISTJ, mas também pelo CPC. Nada obstante, como é cediço, os temas decididos monocraticamente sempre poderão ser levados ao colegiado, por meio do controle recursal, o qual foi efetivamente utilizado no caso dos autos, com a interposição do presente agravo regimental.

2. Hipótese na qual o recurso ordinário interposto consiste em

mera reiteração de pedido formulado no HC n. 516.085/SP, que não foi conhecido por esta Turma em 25/6/2019.

3. Embora o recurso ordinário em habeas corpus consista no meio próprio para a apreciação da irresignação, a defesa optou por impetrar, também, habeas corpus substitutivo, o qual primeiramente foi despachado nesta Corte. Desse modo, a tese idêntica não pode ser simultaneamente analisada em impetrações/interposições posteriores.

4. Embora o HC n. 516.085/SP não tenha sido conhecido pela Turma, as ilegalidades apontadas pela defesa foram devidamente analisadas a fim de se verificar a existência de eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício, o que, contudo, não se constatou no caso.

5. Assim, não há que se falar em negativa de prestação jurisdicional.

6. O alegado excesso de prazo trazido à lume neste agravo regimental não foi abordado diretamente nas razões do recurso ordinário em habeas corpus.

7. Em sede de agravo regimental, não se admite que a parte amplie objetivamente as causas de pedir e os pedidos formulados na petição inicial da ação ou do recurso, pois tal procedimento traduz indevida inovação recursal.

8. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no RHC 116.871/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 10/10/2019, DJe 18/10/2019)

Ante o exposto, **indefere-se** o pedido de reconsideração.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator